

O MUTISMO E O DIALÓGICO NA ORIENTAÇÃO/EDUCAÇÃO SEXUAL

Yeda Portela¹

MUTISM AND DIALOGIC IN THE SEXUAL ORIENTATION/EDUCATION

Resumo: O presente artigo tem um caráter conclusivo baseado na pesquisa realizada em escolas públicas e privadas no município do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2013, fruto da tese de doutorado em ciência da educação pela Universidade Nacional de Rosário, na Argentina. Para tanto, foi necessário percorrer uma trajetória com base semântica, histórica, social, política e psicológica sobre a educação e a sexualidade. A orientação sexual é definida através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), em seu caderno Orientação Sexual. Com a pesquisa de campo nas escolas, percebeu-se que os profissionais de educação — gestores e professores, em sua grande maioria — afirmaram saber o que é orientação sexual, entretanto, somente uma pequena parte destes tem uma visão mais pluralista e ampla da sexualidade em relação ao processo educacional com um todo. Apesar de serem a favor da orientação sexual, ressaltam a falta de preparo na sua formação profissional para a sua efetivação. Assim, os resultados apontaram que as escolas estudadas tendem a lidar com o tema sexualidade ainda com mutismo. A situação atual da orientação sexual nas escolas do município do Rio de Janeiro expõe uma realidade educacional que necessita passar por um trabalho de transformação rumo ao processo de democratização. Ademais, percebe-se o quanto o Brasil ainda precisa evoluir em seu processo educacional, para melhor se adequar às demandas ideológicas mundiais no que diz respeito à abertura à diversidade cultural e à educação voltada para a cidadania. Acredita-se que, com o investimento do Ministério da Educação e o empenho de profissionais especializados, inclusive da área de educação, uma política real de ação de implementação da orientação sexual nas escolas brasileiras possa ser desenvolvida, reduzindo os problemas de saúde sexual e, como consequência, os problemas de ordem social como um todo.

Palavras-Chave: escolas; orientação sexual; parâmetros curriculares nacionais

Abstract: The present article has a conclusive character based on the research made in public and private schools in the city of Rio de Janeiro, from the year 2013, result of the doctoral thesis on science education by Universidade Nacional do Rosário, in Argentina. Therefore, it was necessary to traverse a trajectory with semantics, historical, social, political and psychological basis about education and sexuality. Sexual Orientation is defined through the PCNs, National Curriculum Parameters / National Curriculum Standards (Parâmetros Curriculares Nacionais) 1998, in its Sexual Orientation section. With the field researches at the schools, it was perceived that the professionals of education – heads and teachers, in the great majority – affirmed to know what sexual orientation is, however, only a small portion of them have a pluralist and wide view of sexuality in relation to the educational process as whole. Despite being in favor of sexual orientation, they highlight the lack of preparation on their professional qualification for its effectiveness. Thus, the results indicate that the studied/analyzed schools tend to deal with the matter of sexuality still with mutism. The current situation of sexual orientation in schools of the city of Rio de Janeiro exposes an education reality that needs to go through a transformation word towards the process of democratization. Moreover, it is noticed how much Brazil still needs to evolve in its educational process, to suit better to the global ideological demands concerning the openness to the cultural diversity and the education facing citizenship. It is believed that, with the investment of the Ministry of Education (Ministério da Educação) and the effort of specialized professionals, including from the area of education, a real policy of action implementation of the sexual orientation in Brazilian schools can be developed, reducing sexual health issues and, as a consequence, social order issues as a whole.

Keywords: schools; sexual orientation; national curriculum standards

¹ Psicóloga clínica e sexóloga; especialista em sexualidade humana (UCAM); mestre em sexologia (UGF); doutora em humanidades e artes com menção em ciência da educação (UNR/ARG); diretora da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH). E-mail: yportelapsi@terra.com.br

Introdução

O presente artigo tem um caráter conclusivo a partir de pesquisa realizada em escolas públicas e privadas no município do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2013, fruto da tese de doutorado em ciência da educação pela Universidade Nacional de Rosário, na Argentina. Para entender a orientação sexual, deve-se percorrer uma trajetória com base semântica, histórica, social, política e psicológica sobre a educação e a sexualidade.

O Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), em seu caderno Orientação Sexual, esclarece que o trabalho a ser realizado na escola é denominado "orientação sexual", por ser um trabalho de educação que "não substitui e nem concorre com a função da família, mas antes a complementa" (p. 12). Daí a justificativa da duplicidade dos termos no título do presente artigo.

Segundo os PCN (1998), a orientação sexual deve ser entendida como um processo formal e sistematizado, dentro da instituição escolar, exigindo planejamento e intervenção por parte dos profissionais da educação. Não é uma proposta diretiva e está circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo o caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico.

A orientação sexual tem, no seu cerne, o processo educacional, aqui entendido como meio de transmissão de conhecimento com o fim da promoção do desenvolvimento integral do indivíduo, de sua maturação e de sua civilidade. Ademais, entendido como uma educação democrática e, como tal, crítica e libertadora; como, também, uma educação interacionista, histórica e dinâmica, a partir daí, contextualizada no seu tempo.

Uma série de pensadores, educadores e cientistas, tais como: Karl Marx (1818 – 1883); S. Freud (1856 – 1939); Émile Durkheim (1858 – 1917); John Dewey (1859 – 1952); Jean Piaget (1896 – 1980); T. Adorno (1903 – 1969); M. Foucault (1926 - 1984); J. Habermas (1929 -); Edgar Morin (1920 -); P. Bourdieu (1930 – 2002); Anísio Teixeira (1900 – 1971); Paulo Freire (1921 – 1997), dentre outros, promoveram um terreno fértil para mudanças significativas na ideologia social, vindo a influenciar o desenvolvimento da educação ao longo da história do homem. Muitos destes influenciaram o processo educativo com ideais humanistas e emancipado-

res, a partir de uma prática social comprometida com a reflexão de uma visão de mundo mais responsável e sensível às mudanças históricas. Neste sentido, a educação moderna tem um papel fundamental no processo de transformação social da contemporaneidade.

Entretanto, a trajetória evolutiva do mundo ocorre de forma lenta e gradual, com avanços e retrocessos, trazendo a bandeira do tradicional como forma de se manter em uma pseudo-segurança da ordem social. Assim ocorreu com a sexualidade humana. Ao longo da história da humanidade, a sexualidade foi descoberta, enaltecida, subjugada, culpabilizada, punida, exorcizada, moralizada, naturalizada, estudada, profilaxitizada, controlada, regularizada, dessexualizada, ocultada, falada e banalizada.

Segundo Vitiello (1998), no decorrer da história, apenas em breves períodos houve uma visão mais liberal sobre o exercício da sexualidade. Somente nas últimas décadas do século XX, a investigação da sexualidade humana foi considerada importante e merecedora de estudos científicos.

É sobre o pano de fundo desses novos conhecimentos a respeito da complexidade da sexualidade humana, que a orientação sexual tem sido focada pela sua importância no desenvolvimento integral do indivíduo.

Desde os primeiros registros da educação sexual no Brasil, no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, que diversos estudos e isoladas ações – destacando-se o médico José de Albuquerque, a feminista Berta Lutz; e o professor Victor Stawiarsky – têm sido realizados em prol do desenvolvimento da Sexologia no país. Entretanto, esse escopo, assim como em outras áreas do conhecimento, ficou subjugado aos inconstantes sistemas políticos, que ora permitiam a liberdade de expressão, ora a cerceavam. A educação brasileira, a cada novo governo, ia do sistema centrado no Estado à sua descentralização; do esquecimento proposital à promoção de verdadeiros processos de mudanças, os quais poderiam ser desfeitos no sistema governamental seguinte. Como consequência, ocorreram retrocessos, desarticulações e consecutivas crises.

Atualmente, ainda se fala em reestruturação da educação brasileira, devido: ao analfabetismo, à evasão escolar, à desvalorização dos professores, à educação reprodutivista, aos currículos desatualizados e desarticulados; e à educação que caminha a passos lentos para cumprir os princípios democráticos. A partir daí, a nova

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nasceu com o propósito de buscar melhores condições e o êxito para uma educação descentralizada e mais comprometida com a responsabilidade dos resultados de sua ação.

Neste contexto e após muitos embates, percebeu-se um aumento das iniciativas de implantação da educação sexual em vários segmentos educacionais, com a participação mais ativa de educadores, na promoção de discussões e manifestações a favor de uma educação democrática em todos os níveis. Isso culminou na legitimidade da orientação sexual pelo Estado brasileiro por meio da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no caderno Orientação Sexual, como um norteador curricular nacional. No entanto, a forma como foram apresentados: sem a colaboração (em torno da questão curricular) dos principais atores políticos educacionais – Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE); a falta de uma política de divulgação e implementação efetiva dos PCN nas escolas; e a falta de preparo dos agentes educacionais, resultou em sua volatilidade e fragilidade em reais ações para a sociedade como um todo.

Essa e outras experiências evidenciam o quanto a orientação sexual deve ser reconhecida como um trabalho a ser realizado em longo prazo, sistematizado e ter a sua continuidade assegurada pelo sistema educacional com um processo formal. Por conseguinte, a introdução da orientação sexual como tema a ser trabalhado nas escolas brasileiras apoia-se na sua importância para a cidadania, como formação integral do indivíduo, no respeito aos valores democráticos e pluralistas, no respeito à dignidade humana, principalmente no que concerne às questões de gênero e à construção de uma postura ética frente ao mundo, sem deixar de ser considerado o exercício da sexualidade com prazer e responsabilidade.

Contudo, torna-se necessário o entendimento não só da Educação como também da Sexualidade, em suas diversas dimensões e tendências dentro do contexto científico. Dentre essas tendências, encontra-se a disposição em fazer a leitura da sexualidade sob o aspecto biológico – anatômico e fisiológico –, fruto da influência dualista psicofísica, mecanicista e determinista, que culminou em uma forte ideologia naturalista e reducionista da concepção do corpo. Essa visão tendeu a influenciar os profissionais de Educação, dentre eles, os professores

responsáveis pela disciplina ciência/biologia, por exemplo. Também se ressalta a manutenção desta visão do corpo como forma de atender às instâncias de poder, de forma que a imposição da consciência passa pela domesticação do corpo. Na contramão desta visão, algumas correntes filosóficas e diversas ciências humanas enaltecem a concepção integrativa do corpo e sua relação de reciprocidade e intencionalidade, promovendo uma visão mais ampla do indivíduo.

A sexualidade também sofreu influência do discurso moralista e puritano, herdeiro das tendências platônico-cristãs e do sistema patriarcal, os quais nortearam o comportamento e os costumes do povo brasileiro, fazendo parte de seu processo de socialização. Assim, durante muito tempo, a forte influência religiosa sobre a sociedade fez com que padrões de comportamento sexual fossem cumpridos e vigiados, impedindo a livre expressão sexual, o que favoreceu a orientação sexual no Brasil ter caminhado a passos lentos, refletindo nos dias atuais. Neste sentido, enfoca-se o processo de formação do indivíduo, em que as alterações e as manifestações da sexualidade nas suas diversas fases influenciam a formação da identidade pessoal e relacional. Daí a importância da educação sexual nas escolas, em cujo espaço social ocorrem aprendizagens significativas na promoção de momentos legítimos de discussão sobre as relações de poder e sobre a sexualidade e as diversas formas de subjetivação, na composição do verdadeiro exercício de dialogicidade, de compreensão e de respeito humanos.

Com a pesquisa de campo nas escolas, percebeu-se que os profissionais de educação – gestores e professores, em sua grande maioria – afirmaram saber o que é orientação sexual, entretanto, somente uma pequena parte deles tem uma visão mais pluralista e ampla da sexualidade em relação ao processo educacional com um todo. A compreensão da orientação sexual sob o aspecto preventivo, tendência predominante da amostra, coaduna-se com a manutenção da ideologia dominante, que mantém a imposição da domesticação do corpo, vigiando, controlando e padronizando os comportamentos. Apesar de serem a favor da orientação sexual, ressaltam quanto à falta de preparo na sua formação profissional para a sua efetivação; e acreditam que as famílias em conjunto com a escola são responsáveis pelo processo de educação sexual dos filhos/alunos.

A falta de preparo dos profissionais de

educação em relação à temática sexualidade torna-se evidente quando a maioria dos educadores entrevistados desconhece alguma legislação ou norma do MEC que contemple a sua implementação, o que irá refletir na carência de projetos efetivos na grande maioria das escolas estudadas.

Igualmente é percebido o despreparo em relação ao trabalho com o tema, quando um pouco mais que a metade do grupo de entrevistados afirma ter uma atitude de diálogo com os seus alunos, diante da diversificada quantidade de manifestação sexual mencionadas pelos educadores, que lidam no seu cotidiano escolar.

Esses dados refletirão no questionamento em relação à formação profissional dos educadores pesquisados, ao afirmarem, na sua grande maioria, que não tiveram acesso a conhecimentos sobre sexualidade durante sua formação. Quando se interessam, muitas vezes, é a partir da necessidade de aprofundar o conhecimento do conteúdo devido aos desafios que o próprio tema impõe, buscando a informação na internet como a forma mais viável.

Um dos principais objetivos do referido estudo é saber se há o diálogo ou mutismo em relação à orientação sexual nas escolas do município do Rio de Janeiro. Os resultados apontaram que as escolas estudadas, pelas respostas dos educadores, tendem a lidar com o tema sexualidade ainda com mutismo, quando: não desenvolvem trabalhos efetivos e sistemáticos de orientação sexual; não têm uma visão pluralista e multidisciplinar em relação à sexualidade; desconhecem legislações ou normativas do MEC que contemplem a temática sexualidade; parte dos educadores ainda tem uma postura conservadora e/ou de fuga, de evitação esquiva, denotando dificuldade em lidar com a sexualidade; afirmam não ter conhecimento sobre sexualidade para aplicá-la no trabalho cotidiano com os alunos. Ainda que a maioria dos educadores seja favorável à educação sexual nas escolas.

Esse contexto expõe uma realidade a ser compreendida e a necessidade de repensar a prática educativa com o desenvolvimento de ações que promovam a sua mudança, coadunando com os princípios democráticos de formação integral do indivíduo e o seu comprometimento social. De igual forma, a educação tem um papel fundamental no processo de transformação social, quando se encontra empenhada no desenvolvimento das competências cognitivas, através das: (a) habilidades sociais, capacitando

o aluno, após a absorção do conhecimento, a pensar de forma crítica e criativa; (b) habilidades atitudinais, que visam a estimular a percepção da realidade, promovendo a conscientização do aluno e a interação com o grupo; e das (c) habilidades operativas, que favorecem a aplicação do conhecimento adquirido em práticas responsáveis, refletidas e conscientes. Esse é o verdadeiro papel da educação!

A educação sexual nas escolas está comprometida com o desenvolvimento das capacidades referenciadas, quando é responsável pelo processo que procura estimular a reflexão de temas vinculados ao desenvolvimento humano e à sexualidade, favorecendo a aprendizagem do auto-cuidado e das decisões autônomas frente à sexualidade. Por igual razão, este alinhamento é contra ações isoladas, tais como palestras, que têm caráter puramente informativo e pouco formativo, relatadas por algumas escolas referenciadas.

A visão freudiana já afirmava que o sofrimento causado pela escola, quando mantém a função sexualmente repressora junto aos seus alunos, pode ser fonte do desenvolvimento de patologias diversas. Neste passo, o discurso reprimido e omitido sobre sexualidade na escola, sinalizado na abordagem foucaultiana, reflete a ligação entre o poder, o saber e a sexualidade, percebido em outras instâncias de poder como forma de contenção e controle do indivíduo na sociedade, justificando, assim, a compreensão da realidade nas escolas analisadas no presente estudo. Neste sentido, as escolas tendem a compactuar com a ideia de o tema sexualidade ser incompatível com os estudos formais, podendo, através do prazer, "dissipar" os alunos dos estudos, como foi visto em algumas respostas dos educadores. Daí a possibilidade de a ciência da sexualidade mostrar direcionamentos, talvez manipuladores e controladores, como afirmava Foucault, mas com a possibilidade da promoção de discursos questionadores do status quo, ao quebrar o tríplice decreto: interdição-inexistência-mutismo.

Ademais, ratificando a perspectiva de Pierre Bourdieu, a escola, como parte das instâncias estatais, tende a transmitir a ideologia hegemônica e a reproduzi-la, como forma de manutenção do sistema, do habitus. O que justifica a dificuldade que as escolas têm em modificar os currículos escolares para novos campos do conhecimento moderno e seus agentes; e a empregar os Parâmetros Curriculares Nacionais,

contribuindo, assim, para construir o silêncio.

Neste sentido, a orientação sexual tem uma proposta de contracultura e contradiscurso frente à ideologia dominante, daí a resistência de muitos educadores. Por outro lado, é pela mudança no *habitus* e transformado pela escola, que o indivíduo/aluno estruturará a base de todas as suas experiências posteriores, tornando-se, a escola, um espaço fértil e de suma importância para atuação de um processo educacional democrático e libertador.

De igual forma, reafirma-se a visão de Paulo Freire, no sentido de que propõe uma educação desafiadora, a trabalhar a esperança na emancipação social, revendo paradigmas já limitados diante da complexidade do mundo atual, afirmando a importância da dialogicidade no processo formativo do ser humano. A orientação sexual caminha com esses ideais, promovendo verdadeiros espaços dialógicos entre ação e reflexão.

Neste momento, ressalta-se o papel do educador na responsabilidade de conduzir o trabalho com orientação sexual, pois além do conhecimento da sexologia, o educador deve ser comprometido com a realização de um trabalho voltado para a humanização libertadora do indivíduo, comprometido com a linguagem, com a ética, com o respeito mútuo, com a democracia e solidário na organização, produção e reprodução da vida em sociedade.

O trabalho de pesquisa realizado mostrou um perfil da situação da orientação sexual nas escolas do município do Rio de Janeiro. Entretanto, foi além dos dados apresentados, pois se buscou aprofundar, sob diversos campos de conhecimento, o entendimento acerca do distanciamento entre a orientação sexual e a suas práxis nas escolas. Ademais, este trabalho denunciou a necessidade de implantar o conhecimento da sexologia e da orientação sexual nos cursos de formação de professores/gestores, pois estes demonstraram estar despreparados para trabalhar com o tema, dificultando a sua própria conscientização da importância deste estudo para o processo de formação plena do aluno. Isso significa que a área da Educação necessita repensar suas propostas de atuação, caso queira verdadeiramente colaborar com a diminuição dos problemas sociais brasileiros.

A situação atual da orientação sexual nas escolas do município do Rio de Janeiro expõe uma realidade educacional que necessita passar por um trabalho de transformação rumo ao pro-

cesso de democratização. Ademais, percebe-se o quanto o Brasil ainda precisa evoluir em seu processo educacional, para melhor se adequar às demandas ideológicas mundiais no que diz respeito à abertura à diversidade cultural e à educação voltada para a cidadania. Acredita-se que, com o investimento do Ministério da Educação e o empenho de profissionais especializados, inclusive da área de educação, uma política real de ação de implementação da orientação sexual nas escolas brasileiras possa ser desenvolvida, reduzindo os problemas de saúde sexual e, como consequência, os problemas de ordem social como um todo.

Por último, registra-se o significado que este artigo se propõe com o pensamento do grande educador Paulo Freire (2000): "A educação reflete a estrutura de poder, daí a dificuldade que tem o educador dialógico para atuar coerentemente numa estrutura que nega o diálogo. Porém uma coisa fundamental pode ser feita: dialogar sobre a negação do próprio diálogo. "

Referências:

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Artigo. *Revista Estudos Feministas*. Ano 9, 2º semestre, 2001.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. Artigo. *Cadernos Pagu*, v. 21, 2003.

ANDRADE SILVA, Maria do Carmo. Formação e desenvolvimento da identidade sexual ou identidade de gênero. In: RIBEIRO, Marcos (Org). *O prazer e o pensar: Orientação sexual para orientadores e profissionais de saúde*. São Paulo: Gente, 1999.

ANDRADE SILVA, Maria do Carmo. Education among health professionals. *The Journal of Sexual Medicine*. 21th World Congress for Sexual Health, v. 10, Supl. 5, 2013.

ANDRADE SILVA, Maria do Carmo. SCHIAVO, Marcio Ruiz. Educação sexual: história, conceitos e metodologia. In: ANDRADE-SILVA, M. C.; JURBERG, M. B.; Jurberg, SERAPIÃO, J. J.; JURBERG, P. *Sexologia: Interdisciplinaridade nos modelos clínicos, educacionais e na pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de Gama Filho, 1997.

ASINELLI, Araci. Especialista critica a ausência de políticas de educação sexual no Brasil. *Jornal Comunicação*. Reportagem Jéssica Maes Edição Phillipe Trindade. 03 maio 2010. Disponível em: <<http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/materia-8089.html>> Acesso em: 02 out. 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Diretrizes *Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Conselho Nacional de Educação / Ministério da Educação. Parecer n.º CEB 04/98, em 29 jan. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANELLA, Paulo; NOWAK, Lara D. Aspectos médicos da sexualidade. In. ANDRADE-SILVA, M.C. (org.) *Sexologia: Fundamentos para uma visão multidisciplinar*. Cap. 4. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, 1997.

COLL, César. *Psicologia e currículo*. São Paulo: Pioneira, 1979.

FAGUNDES, Tereza Cristina P. C. Educação sexual: família, escola e temáticas especiais em educação. Artigo. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 18, n. 2, jul. -dez., 2008.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade*. v 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Pedagogia da indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Política e educação: Ensaio*. São Paulo: Cortez, 2001.

FREUD, Sigmund. *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905). Obras Completas de Sigmund Freud v. XI. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização* (1930[1929]) Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volv.XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GRANDES PENSADORES. Vida e obra de educadores que fizeram história, da Grécia antiga aos dias de hoje. *Nova Escola*. ed. especial n.º. 19, 2008.

Guia de orientação sexual. Diretrizes e metodologia (da pré-escola ao 2º grau). São Paulo: Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual/ABIA/ECOS, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JURBERG, Marise B. A construção social da sexualidade: da identidade biológica à identidade sócio-cultural de gênero. *Revista Scientia Sexualis*, v. 7, n. 2, p. 25-40, 2001.

MOREIRA, Luciano A. Lemos. *A empregabilidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais: implicações e limites a formação humana*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Centro de Educação. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2005.

SETTON, Maria da Graça J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*,. Universi-

dade de São Paulo, Faculdade de Educação, v. 2, n. 4, p. 23-35, 2002.

SILVA, Cenira Ribeiro. Possibilidades e limitações da escola pública como agente de educação sexual. Artigo. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 8, n. 2, 1997.

VALLADADES, Katia K. *Sexualidade: professor que cala nem sempre consente*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

VITIELLO, Nélon. Um breve histórico sobre o estudo da sexualidade humana. *Revista Brasileira de Medicina*, v. 55, ed. especial, 1998.